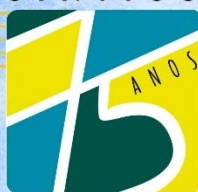


SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

23/10/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Vamos sepultar essa Reforma da Previdência

Existe consenso entre o movimento sindical de que o projeto da reforma previdenciária do Governo Federal, deve ser sepultado neste ano e um novo debate deve ser iniciado em 2018, discutindo-se receitas para desfazer o rombo no setor e garantir as futuras aposentadorias no país. "Essa reforma previdenciária do Governo Michel Temer já está morta e só precisa ser sepultada, o que vai ocorrer agora com essa nova crise provocada pela nova segunda denúncia da PGR, que será votada nesta semana na Câmara Federal", diz Herbert Passos Filho, vice-presidente nacional da Força Sindical e presidente do Sindicato dos Químicos da Baixada Santista. Ao falar ao DL, na última terça-feira, durante visita do secretário estadual do Trabalho, José Luiz Ribeiro, a Santos para encontro com sindicalistas, Passos justificou sua opinião alegando que as centrais sindicais estão mobilizadas em Brasília pedindo um novo projeto para a Previdência Social em 2018. "Temos que debater um novo projeto envolvendo toda a sociedade. O Governo só quer tirar direitos para amenizar o alegado rombo do setor, mas não discutiu até agora como buscar receitas para a Previdência. Nós temos esse caminho e ele precisa ouvir os sindicalistas", diz o líder sindical.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/10/2017

Reforma da previdência deverá ser mais branda

O Governo Federal poderá apresentar nos próximos dias uma nova versão do texto para a reforma da Previdência. A equipe econômica do presidente Michel Temer (PMDB), apesar do conturbado ambiente político, insiste em aprovar a qualquer custo, mesmo que seja mais branda, alterações na Previdência Social. Para isso, abriria mão de uma série de pontos para tornar o texto mais light. Entretanto, a proposta manterá três pilares: a idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres; o tempo mínimo de 25 anos de contribuição; e uma regra transição, com a proposta de um acréscimo de 30% do tempo restante para se aposentar. A boa notícia é que vários pontos da PEC da Previdência seriam limados nesta nova versão. Entre eles: o pagamento por contas de dependentes nas pensões; o limite de dois salários mínimos para a junção da pensão com a aposentadoria; para o professor da Universidade Federal do Paraná e autor de obras de Direito Previdenciários Marco Aurélio Serau Junior, a nova versão desidratada da reforma tem um viés mais político e não favorece ao segurado do INSS.

Fonte: Jornal A Tribuna – 23/10/2017

Portaria sobre trabalho escravo pode sofrer alterações, diz Temer

O presidente Michel Temer afirmou nesta quinta-feira (19) que a portaria do Ministério do Trabalho estabelecendo novas diretrizes para a fiscalização do trabalho escravo no país poderá ser modificada. Na segunda-feira (16), uma portaria alterou a definição de trabalho escravo, os critérios de autuação e a forma de divulgação da chamada "lista suja", com o nome dos envolvidos nesse tipo de crime. Em entrevista ao portal "Poder360", Temer disse que se reuniu, na quinta, com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB), e foi informado das conversas entre o ministro e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge. "Ele [Nogueira] já esteve duas vezes com a dra. Raquel Dodge. Recebeu sugestões. É muito provável que incorpore várias", disse o presidente. Uma delas, de acordo com Temer, seria estabelecer no Ministério da Justiça, onde já há uma delegacia da PF para crimes previdenciários e trabalhistas, uma delegacia de crimes do trabalho escravo. Para propor as mudanças, deve ser baixada uma nova portaria, diz o presidente. Reunida com o ministro do Trabalho na quarta-feira (18), Dodge —que classificou a portaria como "um retrocesso na garantia constitucional de proteção à dignidade humana"— entregou ofício em que chama atenção para violações constitucionais da norma, além de uma recomendação elaborada pelo MPF (Ministério Público Federal) e pelo MPT (Ministério Público do Trabalho). Na entrevista, Temer negou que Dodge tenha sugerido a Nogueira a revogação da portaria, e, apesar da forte pressão de vários setores da sociedade, o presidente não deu sinais de que vá revogá-la.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo (online) – 21/10/2017

[CHARGE]

Fonte: Jornal Diário do Litoral
21/10/2017

DIMINUIÇÃO DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO...



Abertura comercial do Brasil prejudicou mercado de trabalho até 2010

Nas regiões industrializadas do Brasil, o choque da abertura comercial nos anos 1990 teve um efeito sobre o mercado de trabalho que perdurou por duas décadas. A conclusão é de um estudo dos economistas Rafael Dix Carneiro, da Universidade de Duke, e de Brian K. Kovak, da Carnegie Mellon. Segundo a pesquisa, com uma queda média nas tarifas alfandegárias de 30,5% em 1990 para 12,8% em 1994, foram afetadas as indústrias automotiva, têxtil e de eletrônicos, com estabelecimentos fechando e diminuindo a demanda por trabalho formal. A mão de obra migrou, então, para o mercado informal. Para os empregados, o crescimento dos salários nos centros urbanos foi mais lento do que em regiões que dependem mais do agronegócio.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 22/10/2017

ANS quer limitar valor pago por usuários em planos de saúde com coparticipação

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) quer limitar o valor que os planos de saúde podem cobrar pela coparticipação, quando o usuário paga uma parte do procedimento autorizado pela operadora. A proposta está em uma minuta de resolução normativa sobre planos de coparticipação e franquia divulgada pela agência junto com a reabertura de uma consulta pública sobre o assunto. O documento sugere que a coparticipação não ultrapasse 40% do valor do procedimento. Também estabelece a isenção da cobrança do percentual em até quatro consultas com médicos generalistas – pediatria, clínica geral, médico de família, geriatria, ginecologia – no período de 12 meses e em exames preventivos como mamografia, colonoscopia, glicemia de jejum, teste de HIV, entre outros. De acordo com o diretor de Desenvolvimento Setorial da ANS, Rodrigo Aguiar, aproximadamente 50% dos 48 milhões de beneficiários dos planos de saúde no Brasil possuem em seus contratos um dos dois mecanismos de regulação: a coparticipação ou a franquia. O objetivo da ANS é atualizar regras para o setor, vigentes desde 1998, e dar mais transparência aos usuários que contratam estes serviços. As contribuições podem ser apresentadas por qualquer pessoa até o dia 25 de outubro e serão acrescentadas às colaborações recebidas na consulta feita em abril e maio deste ano. Os interessados em participar devem utilizar o formulário online, no site da agência - www.ans.gov.br.

Fonte: Agência Brasil - <http://agenciabrasilebc.com.br/geral/noticia/2017-10/ans-quer-limitar-valor-pago-por-usuarios-em-planos-de-saude-com-coparticipacao>